GABINETE DO PREFEITO

Pedro Leopoldo, 28 de maio de 2020.

OFÍCIO/GABINETE/034/2020

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores,
Exmos. Vereadores,

Pautado na harmonia e cordialidade existente entre os poderes Legislativo e Executivo, encaminho-lhe Projeto da Lei que confere “Diretrizes à Elaboração do Orçamento do Município de Pedro Leopoldo-MG para o Exercício de 2021 e dá outras providências”, a LDO.

Renovo saudações respeitadas e de apreço, solicitando que o ora projeto seja apreciado em regime de urgência.

Atenciosamente,

CRISTIANO ELIAS DOS REIS COSTA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO

Exmo. Sr.

PAULO FERREIRA PINTO

Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo
PEDRO LEOPOLDO – MG

PROJETO DE LEI N.º 20, DE 28 DE MAIO DE 2020.

“Dispõe sobre as Diretrizes à elaboração do Orçamento do Município de Pedro Leopoldo-MG para o Exercício de 2021 e dá outras providências”.

O Povo do Município de Pedro Leopoldo por seus representantes legais aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias para a elaboração do orçamento do município de Pedro Leopoldo-MG, referente ao exercício de 2021, em cumprimento ao disposto na Constituição da República, na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e demais instrumentos legais pertinentes, compreendendo:

I - as diretrizes gerais, prioridades e metas da Administração Municipal;

II - a estrutura, a organização e as diretrizes de execução e alterações do orçamento do município para 2021;

III - as disposições relativas às despesas de caráter continuado, em especial as despesas de pessoal e encargos sociais;

IV – as disposições sobre as alterações na legislação tributária do município;

V - não-atingimento das metas fiscais; e

VI - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei os seguintes documentos:

I – Anexo I de metas e prioridades para 2021;

II – Anexo de Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais II e IIa - Receitas;

III – Anexos de Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais II – Despesas;

IV – Anexo de Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais IV – Resultado Primário;

V – Anexo de Metodologia e memória de Cálculo das Metas Anuais V – Resultado Nominal;

VI – Anexo de Metodologia e memória de Cálculo das Metas Anuais VI – Montante da Dívida Pública;

VII – Anexo de Anexo de Metas Fiscais - Anexo VII - Metas Anuais;

VIII – Anexo de Metas Fiscais – Anexo VIII – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

IX – Anexo de Metas Fiscais Anexo IX – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

X – Anexo de Metas Fiscais – Anexo X – Evolução do Patrimônio Líquido;

XI – Anexo de Metas Fiscais – Anexo XI – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;

XII - Anexo de Riscos Fiscais – Anexo XII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES GERAIS, PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2021

Art. 2º. As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2021 terão precedência na alocação de recursos na Lei do Orçamento Anual – LOA – de 2021, bem como na sua execução, não se constituindo, entretanto, em limite à programação de despesas, observadas as seguintes diretrizes gerais:

I – a inclusão social, especialmente construída por meio de ações nas áreas de saúde, educação, cultura, esportes e de desenvolvimento social;

II – o desenvolvimento e crescimento urbano, preservando o meio ambiente, criando espaços de recreação e lazer para a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos;

III – o desenvolvimento econômico sustentável;

IV – o equilíbrio econômico e financeiro das contas públicas;

V – a eficiência e o processo democrático na gestão pública; e

VI – apoio a atividades agropecuárias e qualificação da mão de obra.

Art. 3º. Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República de 1988, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2021 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo a Lei Orçamentária atualizá-los.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2021

Seção I

Da Organização do Orçamento do Município

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I – programa: um instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos e que será mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa e que envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de Governo;

III – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um projeto e que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

IV – operação especial: a despesa que não contribui para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo e da qual não resulta um produto, não gerando contraprestação direta sob a forma de bem ou serviço;

V – subprojeto/subatividade: um desdobramento, respectivamente, do projeto e da atividade; e

VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando os respectivos valores, objetivos e metas, bem como a unidade orçamentária responsável pela ação.

§2º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

Art. 5º. A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I – prioridade de investimentos nas áreas sociais;
- II – continuidade dos serviços públicos;
- III – austeridade na gestão dos recursos públicos; e
- IV – modernização na ação governamental.

Art. 6º. O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entes, discriminando a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou subatividades), abertos por Lei do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades estabelecidas para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º. Os valores das receitas e despesas contidos na Lei Orçamentária Anual e nos quadros que a integram serão expressos em preços correntes.

Art. 8º. A Lei Orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I - a fundos especiais;
- II - às ações de saúde e assistência social;
- III - aos créditos orçamentários que se relacionem à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- IV - à concessão de subvenções;
- V - ao pagamento de precatórios judiciais;
- VI - às despesas com publicidade institucional e oficial;

VII - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 9º. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I - texto da Lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento.

Art. 10. A Lei Orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, e atenderá a um processo e planejamento permanente à participação comunitária.

Art. 11. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, em conformidade com o art. 167, incisos V, VI, VII da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 4.320/64 e com a Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo único. Nos casos de remanejamento de fonte de recursos, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o valor e/ou acrescentar fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária vigente para o exercício financeiro de 2021, através de Decreto, desde que integre o mesmo Programa e tais fontes não estiverem sido previstas ou o seu valor se tornar insuficiente na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12. O Poder Executivo disponibilizará ao Poder Legislativo até o dia 30 de junho, os estudos e as estimativas da receita para o exercício de 2021, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo, conforme art. 12, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 13. Para efeito do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo sua respectiva proposta orçamentária, até o dia 31 de julho, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Art. 14. Caberá à Secretaria de Fazenda do Município a coordenação da elaboração do orçamento de 2021, usando as informações fornecidas pelas Secretarias Municipais.

Art. 15. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária com indicação de recursos provenientes de anulação de dotação, sem prejuízo do disposto na alínea "b" do inciso III do art. 160 da Constituição do Estado, não incidirão sobre:

I – dotações financiadas com recursos vinculados;

II – dotações referentes à contrapartida;

III – dotações referentes a obras em execução;

IV – dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;

V – dotações referentes a auxílio-funeral, auxílio-doença, auxílio-alimentação e auxílio-transporte;

VI – dotações referentes a encargos financeiros do Município.

VII – dotações referentes a despesas com pessoal e encargos sociais.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 16. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na Lei Orçamentária a, no mínimo, dois décimos por cento (0,2%) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município, que se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, considerando-se, neste último, a insuficiência de recursos dotados no orçamento e a necessidade de novos créditos orçamentários.

Parágrafo único. A reserva de contingência a que se refere este artigo ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação e será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

Art. 17. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando se tratar de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, fica estabelecido que:

I - a estimativa de impacto orçamentário e financeiro integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição da República de 88;

II – as despesas irrelevantes são aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se referem os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de execução de obras, prestação de serviço ou fornecimento de bens.

Art. 18. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, cronograma de desembolso mensal para o respectivo exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

§1º Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade mensal de repasses financeiros para o exercício de 2021.

§2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterá:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar n.º 101/2000, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por funções de governo.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo

Art. 19. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2021, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida nos termos do art. 29-A da Constituição da República de 1988.

§1º Consideram-se receitas tributárias e de transferências, desde que efetivamente arrecadadas:

- a) os impostos;
- b) as taxas;
- c) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições;
- d) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;
- e) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;
- f) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
- g) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
- h) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96;
- i) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;
- j) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação;

k) contribuição de melhoria;

l) juros de mora e multa das receitas decorrentes da dívida ativa de impostos, taxas e contribuições;

m) do valor bruto da Cota-parte da CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

§2º Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados.

Art. 20. Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitado o limite de que trata o artigo anterior desta Lei.

Art. 21. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo, ou entregue a seu representante legal.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos:

I - os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo; e

II - os valores necessários para obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro.

Art. 22. A execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de contabilização.

Parágrafo único. Em não sendo possível a integração dos sistemas contábeis, a Câmara Municipal enviará até o dia 05 de cada mês a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV
**Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos programas
financiados com recursos do orçamento**

Art. 23. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 24. Os serviços de contabilidade do Município organizarão um sistema de custos que permita:

I - mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

II - mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

III - identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

IV - a tomada de decisões gerenciais.

Art. 25. A avaliação dos resultados dos programas de governo far-se-á de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

Parágrafo único. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atendimento de suas metas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

Seção V
Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 26. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II - estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§1º Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§2º O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§3º É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/93, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 27. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, cultura, desporto ou educação, e estejam registradas, após aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social;

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 do ADCT, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1.993.

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular de no mínimo dois anos, emitida no exercício de 2020, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º A concessão de subvenções, auxílios e transferências de recursos a pessoas físicas e jurídicas deverá atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estar prevista na Lei Orçamentária Anual e em Lei específica, com a identificação dos favorecidos e respectivos valores, sem prejuízo da assinatura de termo de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere de sua devida prestação de contas.

Art. 28. Ressalvada a hipótese prevista no art. 21 da Lei Federal n.º 4.320/64, a transferência voluntária de recursos públicos, além do que dispõe o art. 25 da Lei Complementar 101/00 é condicionada:

I – à comprovação, por parte do beneficiário, de que:

a) se acha em dia quanto ao pagamento de tributos devidos ao Município;

b) se acha adimplente quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos e Leis Municipais pertinentes.

II – no caso de entidades filantrópicas, à declaração de utilidade pública e à comprovação de que não visem a lucros e que não remunerem seus diretores.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO, DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 29. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar n.º 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC n.º 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 30. Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão os seguintes limites para despesa com pessoal na elaboração de suas propostas orçamentárias:

I - No Poder Legislativo, 70% das suas receitas, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas, e 6% da Receita Corrente Líquida projetada para 2021;

II - No Poder Executivo, 54% da Receita Corrente Líquida projetada para 2021.

Art. 31. A criação de cargos, a alteração de estrutura de carreiras, a admissão de pessoal a qualquer título, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, só poderão ser feitos se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e atender ao disposto na Seção II, do Capítulo IV da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a proceder:

I – ao preenchimento das vagas dos cargos de provimento efetivo, mediante realização de concurso público, e dos cargos em comissão previstos em Lei, estes com a função estrita de chefia, direção ou assessoramento;

II - a contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que:

a) sejam atendidos os pressupostos que as caracterizem como tal, nos termos do art. 37, IX da CR/88, da legislação municipal pertinente, ou outra Lei que venha disciplinar o assunto; e

b) venham a atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

III – à concessão de aumento ou revisão geral da remuneração ou outras vantagens, através de Lei específica;

Parágrafo único. A criação e o provimento de cargos efetivos destinar-se-á, prioritariamente, à substituição de servidores contratados temporariamente.

Art. 33. No exercício de 2021, quando a despesa de que trata esta seção houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), correspondentes respectivamente aos gastos do Poder Executivo e Legislativo com pagamento de pessoal, a contratação de hora-extra somente poderá ocorrer quando destinada a:

I - situações de emergência ou calamidade pública; e

II - situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens.

Parágrafo único. A autorização para a contratação de hora-extra, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 34. A estimativa da receita levará adicionalmente em consideração o impacto de alteração na legislação tributária, observados a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I – atualização da Planta Genérica de Valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de direitos reais sobre imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções de tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

§1º A concessão de novos benefícios ou incentivos fiscais deverá atender ao disposto no art. 14, da Lei Complementar n.º 101/2000, em especial quanto ao impacto orçamentário-financeiro e medidas de compensação nele previstas.

§2º As alterações na legislação tributária vigente serão propostas mediante projeto de Lei a ser enviado à Câmara de Vereadores até o final do exercício, devendo ser deliberadas antes da aprovação do orçamento.

Art. 35. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados serão contingenciadas à previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

Art. 36. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme art. 14, §3º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI DO NÃO-ALCANCE DAS METAS FISCAIS

Art. 37. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir meta de resultado fiscal conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, será fixado,

separadamente, percentual de limitação para o conjunto de ações orçamentárias, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes do Município.

§1º A Secretaria Municipal da Fazenda adotará medidas objetivando à limitação de empenho no âmbito do Poder Executivo, aplicando-se como ordem de prioridade, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a seguinte sequência:

I - limitação das despesas com:

- a) aquisição de equipamentos;
- b) inversões e investimentos em obras;
- c) horas extraordinárias;
- d) convênios para subvenção social ou econômica.

II - redução percentual das despesas com:

- a) aquisição de materiais de consumo;
- b) contratação de serviços de terceiros;
- c) outras despesas destinadas à manutenção dos serviços públicos.

§2º A base contingenciável corresponde ao total das dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2021, excluídas:

I – vinculações constitucionais e legais;

II – precatórios e sentenças judiciais;

III – despesas com pessoal e encargos sociais;

IV – despesas com juros e encargos da dívida;

V – despesa com amortização da dívida;

VI – auxílios doença, funeral, alimentação e transporte financiados com recursos ordinários; e

VII – despesa com o PASEP.

§3º O caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações, cujos empenhos foram limitados ou reduzidos, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§4º A hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§5º O Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato, até o final do mês em que ocorreu a comunicação, estabelecendo os montantes limitados de empenho e movimentação financeira.

§6º Não ocorrendo a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo do sistema de controle interno a sua comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no art. 59, *caput* e inciso I da Lei Complementar n.º 101/2000 e art. 74, §1º da Constituição da República.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou instrumento congênere com a União e/ou o Estado, com vistas:

I - ao funcionamento de serviços de segurança pública;

II - a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e/ou União;

IV - à cessão de servidores para o funcionamento de órgãos públicos de comprovada relevância social;

V - ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público, sem ônus para o município, ou com contrapartida.

Art. 39. As transferências de recursos do Município ou o custeio de despesas, a qualquer título, consignados na Lei orçamentária anual a outro ente da federação, inclusive auxílios, assistência financeira e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 40. Serão consideradas irrelevantes, de pequeno valor e de pronto, aquelas prescritas na Lei 2.649/02.

§1º As despesas especificadas no *caput* deste artigo, serão realizadas através de Rotativo até o limite especificado em Lei, no âmbito de cada Secretaria.

§2º As despesas com artigos em quantidade maior, de uso ou consumo remotos, correrão pelos itens orçamentários próprios e seguirão o processamento normal de despesa.

Art. 41. São vedados os procedimentos efetuados pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 42. O projeto de Lei Orçamentária deverá ser entregue à Câmara Municipal até 31 de agosto de 2020.

Art. 43. Compete ao Órgão de Controle Interno fiscalizar o fiel e integral cumprimento da presente Lei.

Art. 44. O Anexo de Metas fiscais para o exercício de 2021/2023 conterá:

- a) valores das receitas e despesas projetadas para os exercícios exigidos;
- b) montante projetado da dívida fundada e flutuante para os exercícios de 2021 até 2023;
- c) evolução do patrimônio municipal nos exercícios de 2017 a 2019, destacando a origem e aplicação de recursos com alienação de ativos;
- d) metas de resultados fiscais nominais e primários para 2018/2023;
- e) avaliação do resultado fiscal do exercício anterior (2019).

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, aos 28 de maio de 2020.

CRISTIANO ELIAS DOS REIS COSTA
Prefeito do Município de Pedro Leopoldo

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES PARA 2021

I. GABINETE DO PREFEITO

a) Implantar e desenvolver cursos de capacitação dos servidores do Poder Executivo, promovendo uma qualificação técnica exigida a uma Gestão Pública Moderna e Transparente;

b) Celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica a fim de instituir no Poder Executivo o Pregão Eletrônico;

c) Celebrar contratos, convênios e afiliações objetivando fortalecer a representatividade municipal e institucional;

d) Celebrar convênio com a ECT – Empresa de Correios e telégrafos para a instalação de um posto dos correios no bairro Teotônio Batista de Freitas, Bairro Lagoa, bem como manter os postos dos correios nos Distritos de Vera Cruz de Minas e Fidalgo;

e) Fortalecer e reativar as associações dos Bairros;

f) Disponibilizar recursos necessários e possíveis para a execução de projetos na área de comunicação junto às comunidades, visando aproximação da população com o Poder Público;

g) Fortalecer a participação permanente no ano de 2021 da população na elaboração das políticas públicas do Município;

h) Coordenar, juntamente com os demais órgãos do Município todas as informações e dados embasados na supremacia do Interesse Público e promover a sua divulgação por meio de canais de comunicação (portal, mídias eletrônicas etc) apropriados que ampliem a transparência da gestão junto à população;

i) Coordenar e promover investimento necessário e adequado para aprimorar e coordenar as redes sociais oficiais da Administração Pública, destinando orçamento do Executivo de acordo com a disponibilidade orçamentária para atender esse objetivo;

j) Fomentar a melhoria constante da Comunicação Interna do Gabinete e demais servidores do Poder Executivo;

k) Promover estudos técnicos objetivando estabelecer diretrizes para a Secretaria de Administração e o setor de RH na construção de parâmetros objetivos de avaliação de desempenho dos servidores da Administração Pública;

l) Planejar e promover a aplicação da Gestão por Resultados – ao elaborar um Plano Estratégico ao estabelecer a Identidade – Visão e Valores desse novo modelo com a criação de indicadores, Metas e Avaliação das Ações de Governo.

II. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- a) Cumprir todas as atribuições atinentes à Procuradoria em relação às demandas da Chefia de Divisão de Contencioso e da Chefia de Divisão Consultiva
- b) Auxiliar as Secretarias Municipais nas respostas às requisições do Ministério Público, bem assim, no cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo Município;
- c) Acompanhar a celebração e a regularidade dos convênios e contratos celebrados pelo Município;
- d) Acompanhar pagamento de precatórios, realizando o acompanhamento necessário, junto à Central de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- e) Viabilizar novo Edital de acordos Diretos de pagamento de precatórios, junto à Central de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;
- f) Viabilizar a formação continuada, o aperfeiçoamento e a capacitação da equipe;
- g) Melhorar a estrutura da Procuradoria, através da aquisição de livros e revistas técnicas, assinatura de periódicos;
- h) Viabilizar a adoção de procedimentos mais efetivos para cobrança da dívida ativa do Município, inclusive com procedimentos Cartorários, e;
- i) Viabilizar a contratação de empresa para organização, sistematização e consolidação, para a devida publicação, de toda legislação municipal, com certificado.

III. CONTROLADORIA

- a) Cumprir todas as atribuições atinentes à Controladoria;
- b) Acompanhar o cumprimento dos Termos de ajustamento de conduta firmados pelo Município;
- c) Modernizar a Controladoria Geral do Município - CGM;
- d) Acompanhar a celebração e regularidade dos convênios e contratos celebrados pelo Município;
- e) Acompanhar pagamento de precatórios;
- f) Implantar o monitoramento e a avaliação do Plano Plurianual - PPA;
- g) Promover ações para a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura;
- h) Implantação do Sistema de Gestão dos Bens Imóveis Municipais;
- i) Viabilizar a formação continuada e aperfeiçoamento da equipe;
- j) Contratar empresa para a formação continuada e aperfeiçoamento da equipe.

IV. SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

- a) Manter de forma contínua a capacitação dos servidores para a efetiva prática nos sistemas de fiscalização;
- b) Efetuar dispêndios com a amortização, juros e demais encargos financeiros incidentes sobre a dívida fundada;
- c) Aumentar a arrecadação própria por meio de ações estratégicas na cobrança de dívida ativa de forma mecanizada, em lote e atingido o maior número de contribuintes em menor tempo;
- d) Intensificar a fiscalização e a recuperação de créditos tributários;
- e) Aperfeiçoar sistemas de informatização e gestão fazendária;
- f) Criar portal de arrecadação e serviços da Secretaria de Fazenda online e aplicativo para facilitar acesso e melhoria dos serviços ao contribuinte;
- g) Atualizar o cadastro de contribuintes do município;
- h) Contratar empresa para execução do serviço de digitalização dos documentos;
- i) Manter orientação e controle constante para a redução de despesas e custos;
- j) Criar Programa Nota Fiscal Premiada;
- k) Promover ajustes, acertos e atualizações da legislação do ITR;
- l) Fazer estudo de novo layout para Secretaria de Fazenda otimizando o acesso, mobilidade, instalações e equipamentos;
- m) Prestar constante acompanhamento dos resultados de repasses por parte dos governos estadual e federal, bem como dos recursos provenientes de arrecadação de tributos próprios;
- n) Reestruturar a Divisão de Receita e Fiscalização, e o respectivo programa de avaliação de gratificação;
- o) Implantar processos digitais em substituição aos processos físicos.

V. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- a) Revisar estatuto dos servidores;
- b) Implementar programas de aperfeiçoamento e treinamento de servidores das diversas áreas administrativas do município com ênfase em atendimento ao cidadão e racionalização de procedimentos;
- c) Adotar sistema de tramitação de documentos via sistema digital;
- d) Melhorar e/ou reformar as instalações físicas do Paço Municipal, incluindo a reforma do prédio da prefeitura, em parceria com a Secretaria de Obras;

- e) Reformular procedimentos e normas gerais administrativas;
- f) Investir na infra-estrutura da rede de informática, elétrica e telefonia;
- g) Priorizar a valorização dos servidores públicos;
- h) Criar programa de incentivo à eficiência dos serviços públicos;
- i) Elaborar projeto de lei para reajuste, por índice inflacionário, do auxílio-alimentação dos servidores públicos municipais;
- j) Implantar e/ou ampliar convênios diversos que contribuam com o aumento da qualidade na prestação de serviços à população;
- k) Adotar o sistema de pregão eletrônico;
- l) Regularizar revisão dos vencimentos, correção e reposição das perdas salariais para os Servidores do Executivo;
- m) Promover concurso público;
- n) Criar Programa de Monitoramento de acessibilidade da pessoa com deficiência aos prédios públicos.

VI. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- a) Implementar Plano Municipal de Regularização Fundiária;
- b) Desenvolver projetos de regularização fundiária na sede e nos distritos, Vila Aparecida e da Região da Cascalheira e Área Verde do bairro Teotônio Batista de Freitas;
- c) Desenvolver e manter sistema de atualização cadastral e georreferenciamento;
- d) Promover a regularização urbanística e arquitetônica dos Distritos Industriais, através de programas específicos;
- e) Viabilizar a criação do programa “Arquitetura Pública”, visando a regularização arquitetônica para moradias de baixa renda em parceria com entidades de apoio técnico como CREA, CAU e instituições acadêmicas;
- f) Realizar campanha para regularização de atividades de comércio e serviços no município por meio da Sala Mineira do Empreendedor em parceria com entidades como CDL/ACIPL, SEBRAE-MG, JUCEMG;
- g) Viabilizar e promover a capacitação técnica da equipe da SECPLAN, através de cursos de aperfeiçoamento;
- h) Apoiar e estimular os pequenos empreendimentos, programas de capacitação técnica e gerencial para micro e pequenos empresários;
- i) Ampliar e promover a oferta de cursos profissionalizantes (de diversos níveis e durações) voltados para as demandas do mercado regional, em parceria com instituições como SEBRAE, SESC, SENAI e Faculdade de Pedro Leopoldo;

- j) Ampliar as ações de fiscalização das atividades de comércio ambulante;
- k) Instalar zona de processamento de exportação – ZPE – no Município;
- l) criar um porto seco no Município, mediante lei;
- m) Criar incubadora startups para fomentar este emergente no mercado da Região;
- n) Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CODECON;
- o) Dar continuidade ao Plano Municipal de Mobilidade para bicicletas no Município;
- p) Adquirir sistema de georreferenciamento urbano para aumentar a fiscalização e a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;
- q) Buscar parcerias para viabilizar o licenciamento ambiental dos distritos industriais do município;
- r) Modernização do cadastro municipal com capacidade de criar banco de dados automático cruzando as informações da receita estadual com a receita municipal no que tange novos empreendimentos econômicos.

VII. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a) Manter e melhorar a Internet nos CEMAI's e escolas;
- b) Melhorar a ferramenta da SONNER para realizar o trabalho do transporte escolar, secretaria escolar e protocolo;
- c) Criar um sistema online de inscrições para ocupação das vagas no CEMAI possibilitando o acompanhamento da liberação das vagas pelos pais ou responsáveis das crianças inscritas através do banco de vagas para as creches, CEMAI's;
- d) Capacitar os servidores para utilizarem as ferramentas do Sistema SONNER com criação de um tutorial específico para cada setor;
- e) Manter, recuperar, ampliar, adequar e reformar unidades escolares, CEMAI's, Almoarifado e a SME, garantindo o conforto, o melhor atendimento e acessibilidade às pessoas com necessidades especiais;
- f) Adquirir imóveis e/ou terrenos para construção de CEMAI's;
- g) Construir CEMAI's de acordo com a demanda necessária;
- h) Manter a qualidade da merenda escolar, diversificar o cardápio e apoiar os alunos carentes da Rede Municipal com o fornecimento do complemento alimentar;
- i) Ampliar a oportunidade de capacitação para os servidores responsáveis pela merenda escolar;
- j) Apoiar, acompanhar, estimular o programa de aquisição de alimentos para a merenda escolar através da Agricultura Familiar;

k) Dar continuidade a campanha de readequação alimentar nas escolas com extensão do trabalho também para as famílias;

l) Desenvolver ações que visem a continuidade e permanência do projeto “Cultivo de Hortas Escolares”, a sustentabilidade das instituições;

m) Adquirir equipamentos, materiais permanentes e mobiliários necessários ao bom funcionamento das unidades escolares, CEMAI's e SME e também, manter e recuperar máquinas e equipamentos usados nas instituições;

n) Fornecer material didático aos alunos, professores, educadores, pedagogas e demais servidores do quadro administrativo das instituições municipais;

o) Adquirir kit escolar para o aluno;

p) Fornecer uniforme para as crianças dos CEMAI's;

q) Promover ações que visem a melhor organização, monitoramento de rotas e realização do serviço do transporte escolar;

r) Fornecer transporte escolar para a rede pública, com perspectiva de ampliação de rotas para melhor atendimento dos alunos;

s) Adquirir e ou alugar veículos para realização dos serviços da Educação;

t) Garantir manutenção da frota dos veículos destinados a realização dos serviços necessários a prestar com qualidade o atendimento à Educação;

u) Manter ativo e conservado o Centro de Referência do Professor/SME como espaço de integração, discussão de projetos, estudo, pesquisa e do resgate histórico da Rede Municipal de Educação, assim como a Biblioteca Dona Sinhazinha Caldas;

v) Ampliar o acervo literário da Biblioteca Dona Sinhazinha Caldas e as Salas de Leitura das Escolas;

w) Criar possibilidades de integração cultural, artística e literária da comunidade com as Instituições de Ensino e Biblioteca Municipal.

x) Dar maior visibilidade ao Projeto Educação com Arte garantindo, com muita qualidade, o atendimento e permanência dos alunos no projeto;

y) Expandir política de reconhecimento das Boas Práticas Educacionais do Município, que resultem em melhoria efetiva dos resultados em cada fase de atendimento educacional e na humanização permanente da realização dos serviços institucionais, melhorando a relação entre os trabalhadores da Rede e a comunidade atendida. Realizar fóruns, encontros, seminários, premiações. – 3ª etapa de trabalho de reconhecimento das Boas Práticas Educacionais (Formação REPENSAR – Novos Caminhos para Educação);

z) Publicar, em Revista bienal, artigos elaborados por profissionais da Rede Municipal de Educação, os quais possam contribuir para a valorização, o incentivo e aprimoramento das boas práticas dos servidores da Educação;

aa) Ampliar e melhorar as ações, projetos educacionais e demais informações importantes para a comunidade escolar e civil, utilizando o site e redes sociais oficiais da Prefeitura e/ou Secretaria de Educação;

bb) Promover ações que garantam a divulgação de projetos educacionais e demais informações a comunidade escolar e civil, utilizando jornal institucional e ou meios eletrônicos institucionais;

cc) Continuar promovendo cursos, encontros de capacitação para os servidores da Rede Municipal de Educação, objetivando a assistência e o monitoramento pedagógico além do envolvimento de todos os servidores e agentes educativos. Oportunizando que articulem possibilidades de reflexão sobre a importância do papel de cada agente e definam propostas de projetos coletivos e institucionais;

dd) Continuar capacitando os diferentes Conselhos da Educação;

ee) Fortalecer o Conselho Escolar das Instituições;

ff) Capacitar permanentemente individual e coletivamente os gestores quanto a atualização, regulamentação e todo o processo de prestação de contas e utilização dos repasses de verbas, recursos para a Educação;

gg) Realizar, se necessário, o Processo Seletivo de candidatos, interessados a ocupar as vagas de contratação temporária para ocuparem encargos na Secretaria de Educação no ano de 2021;

hh) Aprimorar o Processo de Avaliação Externa Municipal com critérios bem definidos para execução eficiente e eficaz;

ii) Participar dos Processos de Avaliações Externas dos governos Federal e Estadual;

jj) Realizar e participar de atividades culturais e esportivas em espaços fora das Instituições;

kk) Valorizar os servidores da educação considerando o impacto financeiro;

ll) Investir na melhoria da qualidade dos bens de consumo a serem utilizados nas Instituições Municipais de Educação (material de limpeza, higiene pessoal, esportivos e didáticos);

mm) Manter e/ou ampliar as parcerias com APAE, AABB Comunidade, Minas de Sonho (BH AIRPORT), Fundação Cultural Chico Xavier YOGAMERS do Bem; CIEE – Centro de Integração Empresa Escola; e Gente Cuidando de Gente ADECI/LafargeHolcim e Polícia Militar-Proerd;

nn) Manter e aperfeiçoar o projeto de apoio a inclusão escolar municipal do Centro Especializado de Apoio à Inclusão (CEAI) para atender com qualidade educacional aos alunos matriculados nas redes municipais de ensino por meio de um trabalho pedagógico dirigido aos gestores, técnicos, professores, alunos e familiares que permitam melhorar a inclusão educacional vivenciada na Rede;

oo) Dar suporte e ofertar a ampliação da carga horária do aluno – Tempo Integral;

pp) Manter e aprimorar o atendimento da EJA- Educação de Jovens e Adultos;

qq) Aperfeiçoar e monitorar os Projetos Politico-Pedagógicos das Instituições Municipais, visando o fortalecimento da Rede Municipal de Educação;

rr) Retomar mecanismo de monitoramento e avaliação dos processos de gestão das Instituições Municipais, com participação da Comunidade Escolar;

ss) Aplicar o Documento Referencial Curricular Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Pedro Leopoldo;

tt) Estabelecer parcerias para implementação das ações institucionais - Projeto “Sou Voluntário da Educação”;

uu) Instituir a aplicabilidade do Regimento Institucional da Rede Municipal de Ensino;

vv) Subsidiar a implementação do PMDE – Plano Municipal Decenal de Educação.

VIII. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

As metas e prioridades a serem elencadas no capítulo da saúde da LDO 2021 de Pedro Leopoldo foram fundamentadas a partir do desenho de redes de atenção à saúde descritas a seguir, bem como a partir das metas definidas em Plano Municipal de Saúde 2018-2021 aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em 14 de novembro de 2017. A estrutura operacional da rede de atenção de Pedro Leopoldo foi construída a partir da análise da situação de saúde do município, conciliado com as diretrizes do atual programa de governo.

A estrutura operacional das RAS compõe-se de cinco componentes: (1) o centro de comunicação, a APS; (2) os pontos de atenção à saúde secundários e terciários; (3) os sistemas de apoio (sistema de apoio diagnóstico e terapêutico, sistema de assistência farmacêutica e sistema de informação em saúde); (4) os sistemas logísticos (cartão de identificação das pessoas usuárias, prontuário clínico, sistemas de acesso regulado à atenção e sistemas de transporte em saúde); (5) e o sistema de governança. Os três primeiros correspondem aos nós das redes e, o quarto, às ligações que comunicam os diferentes nós. (FIG. 1).

g) Ampliar e aperfeiçoar os serviços, cuidado e procedimento de fisioterapia e reabilitação seja na promoção da saúde e na atenção secundária;

h) Ampliar e aperfeiçoar os serviços, cuidado e produtos da assistência farmacêutica, especialmente em relação à oferta e dispensação de medicamentos, capacitação e qualificação de recursos humanos;

i) Ampliar e aperfeiçoar serviços, cuidado e procedimentos vinculados à atenção especializada de baixa e média complexidade ambulatorial e hospitalar;

j) Ampliar o cuidado integral com a saúde das pessoas por meio da promoção da saúde, promovendo maior qualidade de vida e com foco na redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes;

k) Aperfeiçoar a atenção básica e especializada de saúde bucal, especialmente a partir do fortalecimento das ações de atenção primária;

l) Aperfeiçoar a execução das ações individuais e coletivas de vigilância em saúde;

m) Aperfeiçoar a humanização dos serviços, promovendo a melhoria do atendimento em toda a rede de saúde;

n) Aperfeiçoar a política pública municipal para diagnóstico e controle de IST's, agilizando os diagnósticos através de testes rápidos;

o) Aperfeiçoar e qualificar o sistema de regulação municipal;

p) Aperfeiçoar o funcionamento do CEM Lagoa;

q) Aperfeiçoar o serviço de atenção domiciliar, mediante a habilitação do Ministério da Saúde (MS);

r) Aperfeiçoar os componentes de atenção especializada, assistência farmacêutica, fisioterapia e reabilitação, gestão e informação e demais elementos que compõem o sistema de apoio de saúde;

s) Aperfeiçoar os componentes de regulação, prontuário eletrônico, transporte sanitário e demais elementos que compõem o sistema logístico de saúde;

t) Aperfeiçoar os serviços laboratoriais no município;

u) Aprimorar a qualidade da atenção básica e ampliar a ênfase em ações de promoção da saúde e de prevenção;

v) Aproximar o Judiciário e o Ministério Público das questões afetas ao SUS, a fim de subsidiar decisões mais assertivas;

w) Articular parcerias com outros conselhos de saúde, tendo em vista a troca de experiências entre conselheiros, além de manter disponibilizadas capacitações periódicas;

x) Avaliar e atualizar os protocolos clínicos utilizados no âmbito da rede urgência e emergência, adequando-os nos casos necessários;

y) Celebrar parcerias com organizações governamentais e não governamentais objetivadas na melhoria do atendimento à saúde;

z) Construir mecanismos/instrumentos que permitam uma comunicação em saúde mais efetiva com os trabalhadores e usuários do SUS;

aa) Dar sequência ao processo de implantação do prontuário eletrônico nas unidades de saúde do município;

bb) Definir estratégia para continuidade das obras do Hospital Municipal Francisco Gonçalves, observado as limitações assistenciais e financeiras do município;

cc) Desenvolver uma discussão intersetorial de uma política de álcool e drogas no município, especialmente para a população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade social;

dd) Estabelecer acordo de cooperação técnica com municípios referências e universidades para a execução de serviços e ações de saúde;

ee) Estruturar, expandir e aprimorar a atenção hospitalar municipal própria e complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS);

ff) Expandir e aprimorar as redes de atenção em saúde, com prioridade para as redes de saúde bucal, de pessoas portadoras de deficiência, de urgência e emergência, psicossocial e da mulher e da criança;

gg) Fortalecer a política de saúde do trabalhador garantindo também o monitoramento e prevenção de doenças relacionadas ao trabalho, conforme legislação vigente;

hh) Fortalecer a rede de atenção à saúde da gestante e do neonato, especialmente no componente hospitalar;

ii) Fortalecer a rede de atenção psicossocial, especialmente na atenção às crianças e adolescentes e no componente 'álcool e drogas';

jj) Fortalecer a segurança dos profissionais e usuários das unidades da Estratégia de Saúde da Família (ESF);

kk) Fortalecer e ampliar as relações de cooperação intermunicipais, sobretudo quanto à participação do município no que tange à Secretaria Municipal de Saúde em consórcios intermunicipais;

ll) Fortalecer e efetivar as ações da saúde entre ESF e os pontos de atenção especializada, garantindo a adesão de toda a rede ao matriciamento;

mm) Fortalecer os processos de gestão e gerenciamento da Secretaria Municipal de Saúde;

nn) Implantar e aperfeiçoar ações de comunicação social em vigilância em saúde;

oo) Implantar e aperfeiçoar o uso de tecnologias da informação em saúde;

pp) Implantar e implementar ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, na produção e circulação de bens e na prestação de serviços de interesse da saúde;

qq) Implantar e implementar ações voltadas para alimentação saudável, prática corporal/atividade física, prevenção e controle do tabagismo, redução e prevenção de doenças crônicas, redução da morbimortalidade em decorrência do uso de álcool e outras drogas, redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito, prevenção da violência e estímulo à cultura da paz, além da promoção do desenvolvimento sustentável, por meio de ações integradas com outras secretarias e parcerias;

rr) Implantar e implementar atividades destinadas à promoção e proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho;

ss) Implantar e implementar medidas sanitárias adequadas em situações de emergências em Saúde Pública;

tt) Implantar programa de controle de animais: castração e instituição de posse responsável de animais;

uu) Implantar, ampliar e aperfeiçoar serviços, cuidado e procedimentos vinculados à atenção especializada de baixa e média complexidade ambulatorial e hospitalar;

vv) Implantar, implementar e aperfeiçoar as ações de estímulo ao autocuidado, baseadas na mobilização da sociedade e orientadas para a alteração de comportamentos nocivos à saúde individual e coletiva;

ww) Implantar, implementar, ampliar e aperfeiçoar ações, cuidado, produtos e serviços vinculados à vigilância em saúde;

xx) Implementar efetiva educação permanente e continuada para os colaboradores do Sistema Único de Saúde de Pedro Leopoldo;

yy) Intensificar ações de controle da água de consumo humano, controle de resíduos e controle de vetores de transmissão de doenças, especialmente insetos e roedores;

zz) Intensificar ações de prevenção e controle de zoonoses;

aaa) Manter disponível, de acordo com os parâmetros assistenciais, acesso aos serviços de apoio, imagem e diagnóstico especializado;

bbb) Manter e melhorar os serviços de assistência aos pacientes que necessitam de hemodiálise garantindo o acesso deste;

ccc) Manter uma política de atenção adequada e humanizada a gestante, puérpera e ao neonato com a implementação dos protocolos de referência e contra referência, com regulação da atenção;

ddd) Promover a ampliação, (re)adequação e melhoria das áreas físicas das unidades assistenciais da rede física do SUS municipal, utilizando recursos oriundos do orçamento municipal e de instrumentos celebrados com organizações governamentais e não governamentais.

eee) Promover a inserção da vigilância em saúde nas redes de atenção, especialmente a partir do desenvolvimento de processos de trabalho condizentes com a realidade local;

fff) Promover ações de prevenção de zoonoses endêmicas, especialmente a leishmaniose;

ggg) Promover o fortalecimento da participação social nas instâncias do SUS (Conselho Municipal de Saúde);

hhh) Promover o fortalecimento de ações de regionalização em saúde, especialmente com os municípios adscritos à região de saúde de Vespasiano, Região Ampliada Centro (Belo Horizonte/Sete Lagoas) e municípios vinculados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Calcáreo (CISREC);

iii) Qualificar a cobertura da atenção básica, especialmente a partir da redefinição de áreas de abrangência e ampliação do quadro de profissionais nas equipes;

jjj) Qualificar a gestão da saúde, com estímulos à criação e manutenção de modelos orientados para resultados e incorporação de novas tecnologias e métodos de gestão que aumentem a qualidade do atendimento e qualifique melhor o gasto público;

kkk) Reestruturar processos de trabalho a partir da utilização de metodologias, dispositivos e tecnologias que favoreçam a integração das vigilâncias epidemiológica, ambiental, sanitária e de saúde do trabalhador;

lll) Reforçar e fortalecer a Atenção Psicossocial Infantil;

mmm) Revisar os protocolos de regulação de exames para os médicos de ESF, objetivando a disponibilização de recursos necessários à maior resolutividade da atenção primária;

nnn) Viabilizar ações de atenção domiciliar (PAD) para atendimento de pacientes hospitalizados;

ooo) Viabilizar calendário de ações voltadas para a saúde coletiva, incluindo lazer e cultura, visando reduzir agravos em distritos mais vulneráveis;

ppp) Viabilizar serviços de controle de pragas urbanas, para dedetização dos estabelecimentos de saúde de forma regular;

qqq) Criar Centro Municipal de Oftalmologia;

rrr) adquirir climatizadores e informatizar os postos de saúde e clínicas de tratamento dentário do Município;

sss) estabelecer parcerias com hospitais para minimizar os transtornos de pacientes que necessitam de hemodiálise;

ttt) adquirir uma ambulância para o Bairro Fidalgo;

uuu) adquirir uma ambulância tipo A/Modelo para atender os Bairros de Santo Antônio da Barra, Jardinópolis, Ferreiras, Tapera, Coqueirinho e Manoel Brandão;

vvv) reformar e construir novas instalações no posto de saúde do Bairro Teotônio Batista de Freitas;

www) criar comissão de controle de infecção hospitalar – CIH – no Pronto Atendimento Central e no hospital municipal;

xxx) estabelecer plantão de atendimento da farmácia municipal nos finais de semana e feriados;

yyy) instalar identificador de chamadas no telefone principal do Pronto Atendimento Central para registrar as dez últimas chamadas recebidas e realizadas, visando melhoria no atendimento local.

IX. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

a) Estender obras de adequação de acesso, redes pluviais, drenagem, reforma de prédios públicos, pavimentação e obras complementares em diversas regiões da cidade,

incluindo a colocação de bocas de lobo nas ruas e a colocação de telas ou redes de proteção nos bueiros da cidade;

b) Construir uma Quadra de Areia próximo ao Campo do Zé Guela no bairro Teotônio Batista de Freitas e outra no Centro Poliesportivo de Pedro Leopoldo – CEPPEL;

c) Dar continuidade nas melhorias nos campos de futebol, quadras e academias ao ar livre do município de Pedro Leopoldo;

d) Construir abrigo nos pontos de ônibus do município de Pedro Leopoldo;

e) Construir rede de esgotamento pluvial de todos os logradouros do município, priorizando a rede pluvial da Horta Comunitária (Rocinha) em Santo Antônio da Barra;

f) Reformar e revitalizar passarela localizada no Distrito de Dr. Lund;

g) Construir uma passarela de pedestres na ponte da Fábrica de Tecidos;

h) Construir um bosque próximo à quadra da Praça da Estação;

i) Realizar limpeza e revitalização do Ribeirão da Mata e do Ribeirão das Neves;

j) Pavimentar e/ou realizar o calçamento das ruas do bairro Periquito;

k) Promover cercamento e melhorias no campo do Zé Guela no bairro Teotônio Batista de Freitas;

l) Estender rede elétrica rural e urbana, incluindo a colocação de braços de luz e melhoria na iluminação pública com lâmpadas de Led, priorizando a instalação de iluminação pública na Rua José Aleixo, Bairro Lagoa de Santo Antônio;

m) Revitalizar e construir praças, inclusive com instalação de academias ao ar livre, possibilitando a prática de diversas modalidades esportivas nos bairros do Município;

n) Viabilizar Melhorias para o Parque Maxacalis, no bairro Andyara;

o) Duplicar a Rua São Paulo;

p) Promover melhorias na orla da Lagoa, do bairro Lagoa de Santo Antônio;

q) Auxiliar na viabilização do projeto de Mobilidade Urbana;

r) Fiscalizar e promover campanhas orientadoras para que os proprietários de imóveis realizem a limpeza de seus lotes, assegurando a saúde da população;

s) Promover ações para a Campanha Cidade Limpa;

t) Manter as Estradas Rurais não pavimentadas;

u) Realizar obra de canalização da rede pluvial da Avenida Rômulo Joviano, próximo ao Parque de Exposições até o Ribeirão das Neves;

v) Instalar mais lixeiras públicas para o centro e bairros do Município;

w) Instalar caçambas para recolhimento de pequenos volumes de construção civil e jardinagem nos seguintes locais: no final da Rua Dr. Rocha e início da Rua Santos, embaixo do viaduto; na Praça Clita Batista, localizada no Bairro Triângulo e na Rua Caio Martins, esquina com Rua Vespasiano, no Bairro São Geraldo; e no Bairro Quinta das Palmeiras;

x) Construir uma pista de cooper/caminhada nos Bairros Morada dos Angicos e Novo Campinho; e também a partir da Avenida Araguaia, seguindo a Rua Gil Antônio Pereira até o Supermercado EPA no Bairro Felipe Cláudio de Sales;

y) Implementar a terceirização/concessão da rodoviária e dos cemitérios municipais;

z) Reformar ampliar Capela Velório do Bairro Quinta do Sumidouro;

aa) Construir ponte que dá acesso ao Bairro Santo Antônio da Barra à Rocinha (Horta Comunitária;

bb) Construir o Campo do Andyara, vestiário e outras instalações;

cc) Instalar academias ao ar livre no Bairro São Geraldo; na Escola da Fazenda dos Matos; na Rua Mestre Mário, Bairro Triângulo; na Praça da Rua JK e na Praça José Amando Tavares, antiga Praça Pai velho bairro Felipe Cláudio; no Bairro Mirante; e no Parque Agenor Teixeira;

dd) Construir banheiros públicos na praça Tancredo Neves, com a instalação de banheiros químicos até o término das obras no local;

ee) Restaurar os muros do cemitério da Quinta do Sumidouro;

ff) Implementar convênio/parceria para construção de passeio na Rua João Teodoro da Silva, próximo à APAE, Bairro São Geraldo; para construção de meio-fio na pista de caminhada em toda a extensão da Avenida Heitor Cláudio de Sales, Bairro Felipe Cláudio; para construção de passeio e meio-fio em frente à Escola Municipal Santo Antônio da Barra e revitalização do passeio da Escola Estadual Dr. Júlio César Vasconcelos, Bairro São Geraldo;

gg) Construir um centro comunitário de bairro na Rua Altino de Oliveira Bessa – área institucional do Bairro Santa Tereza;

hh) Abrir uma curva na Rua São Vicente na entrada do Bairro Jardimópolis e aumentar ângulo nesta mesma rua, esquina com Rua Vitalino no Bairro Ferreiras;

ii) Providenciar a instalação de rede de esgoto nas Ruas César Julião de Sales, Francisco Gonçalves, Manoel Diamantino Costa, situadas no Bairro Ferreiras; bem como no bairro Quinta das Palmeiras;

jj) Construir uma passarela (passagem para pedestres) junto à ponte sobre o córrego na Rua Suzana Passos, perto da fazenda da barra;

kk) Criar um aterro sanitário para o Município;

ll) Expandir o cemitério do Distrito de Vera Cruz de Minas;

mm) Criar um crematório público;

nn) Canalizar o Ribeirão da Mata (fábrica de tecidos) até a Rua Nossa Senhora das Graças;

oo) Providenciar a instalação de água potável nos bairros Manoel Brandão e Quinta das Palmeiras;

pp) Recuperar o imóvel da sede da associação comunitária e da área de lazer do Bairro Jardimópolis;

qq) Revitalizar os passeios da área central para atendimento às pessoas com deficiência;

rr) Instalar grade de proteção no entorno do Terminal Rodoviário;

ss) Revitalizar o antigo prédio da Fundação José Hilário;

tt) Revitalizar o auditório do prédio da Prefeitura;

uu) Instalar corrimão guarda-corpo na passarela inferior do Viaduto, localizado na Rua Expedicionário Raimundo Nogueira da Cruz, centro do Município;

vv) Construir rotatória na Rua Expedicionário Raimundo Nogueira da Cruz, no entroncamento de entrada das Ruas Olivier Teixeira e Progresso;

ww) Construir ponto de ônibus próximo à Igreja São Judas Tadeu no Bairro Andyara e reformar o ponto da Rua Agenor Teixeira da Costa, próximo a uma das entradas da Empresa Multimec;

xx) Criar um circuito de atividade similar ao da pista de cooper da Fazenda Modelo na pista de caminhada do Bairro Andyara;

yy) Instalar três pontos de ônibus na Rua Nossa Senhora do Rosário, Distrito Vera Cruz de Minas e na Rua Cruzeiro, Bairro Morada dos Angicos.

X. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

a) **Atualizar** e dar sequência na implementação do Plano Municipal de Assistência Social construído e aprovado em 2018 com base no Diagnóstico Social realizado e nos instrumentos do Plano Nacional de Assistência Social, contemplando as áreas de maior vulnerabilidade e risco, bem como as demandas do perfil de necessidade de serviços e benefícios socioassistenciais;

b) Elaborar e implementar o Plano Municipal de Atendimento às Medidas Socioeducativas, de acordo com as diretrizes estaduais e o Plano Nacional das Medidas Socioeducativas;

c) Aperfeiçoar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio da execução de suas competências, melhoria da estrutura administrativa e provimento de equipe técnica para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, além da instituição da gestão da proteção social e ampliação das ações de vigilância socioassistencial;

d) Aperfeiçoar a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), bem como a captação de recursos pelas Leis de Incentivo em parceria com os respectivos conselhos;

e) Instituir o Fundo Municipal do Idoso e da Promoção da Igualdade Racial e suas ações, bem como a captação de recursos pelas Leis de Incentivo em parceria com os respectivos conselhos;

f) Realizar ações de capacitação dos servidores, conselheiros tutelares, conselheiros municipais vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e das Entidades da Sociedade Civil, inscritas no CNEAS com ofertas socioassistenciais no município;

g) Estruturar os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência de Especializados de Assistência Social (CREAS), conforme a NOB-RH/SUAS e NOB/SUAS;

h) Aprimorar a articulação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social junto à rede socioassistencial, priorizando o apoio, acompanhamento e monitoramento dos serviços, programas e projetos de execução indireta;

i) Garantir os recursos humanos, financeiros e materiais adequados à execução dos serviços de Proteção Social Básica (PSB) executados e/ou referenciados aos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, em consonância com as competências estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social, em especial a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

j) Garantir os recursos humanos, financeiros e materiais adequados à execução e fortalecimento dos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE) executados e referenciados ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS em consonância com as competências estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social, em especial a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

k) Garantir os recursos humanos, financeiros e materiais adequados à execução e fortalecimento dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSE), em consonância com as competências estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social, em especial a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

l) Garantir a oferta de benefícios eventuais nos termos da Lei Municipal e disponibilização dos recursos financeiros, humanos e materiais necessários a sua dispensação e com observância das normas federais, estaduais e municipais aplicáveis;

m) Garantir o atendimento às famílias vulneráveis e/ou em situação de risco, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, das situações emergenciais em casos de Calamidade Pública, Estados de Emergência e **Pandemia**;

n) Potencializar as ações de enfrentamento à pobreza através da gestão Municipal do Programa Bolsa Família e ações de fomento à inclusão produtiva;

o) Apoiar o controle social, disponibilizando recursos humanos, materiais e financeiros adequados ao funcionamento dos Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

p) Monitorar os termos de colaboração e parceria para execução indireta de serviços socioassistenciais, bem como construir estratégias para a ampliação da rede

parceira, em consonância com as normativas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e disponibilidade orçamentária e financeira;

q) Implementar ações de participação popular e articulação comunitária para o planejamento, execução e avaliação dos serviços e projetos desenvolvidos no âmbito dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS;

r) Potencializar, no âmbito do SUAS, as ações referentes à política municipal de igualdade racial, políticas para a garantia dos direitos das mulheres e da pessoa idosa; e

s) Ampliação de programas e serviços da Secretaria de Ação Social de Desenvolvimento Social relativos às pessoas em situação de rua ao moradores de rua (CRAS e CREAS), com investimentos em recursos humanos (criação de cargos e funções) necessários a sua plena implantação no Município de Pedro Leopoldo.

XI. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

a) Celebrar convênio com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado para que o Município possa licenciar ambientalmente, empreendimentos com potencial pequeno e médio potencial poluidor;

b) Dar continuidade ao projeto e à construção do Viveiro/Horto de Mudas Municipal para doação e plantio em área pública;

c) Dar continuidade à elaboração do levantamento arbóreo do município para melhorias na arborização urbana;

d) Dar continuidade a revisão de cadastramento, demarcação e cercamento das áreas verdes existentes no Município;

e) Realizar Licenciamento Ambiental dos Distritos Industriais;

f) Revisar e ampliar programa de educação ambiental no município;

g) Capacitar servidores da secretaria;

h) Capacitar membros do COMMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente;

i) Continuar a revisão e elaboração da legislação ambiental municipal;

j) Adquirir equipamentos para Fiscalização Ambiental;

k) Atualizar o treinamento e adquirir equipamentos para medição de ruído (audiométrica);

l) Firmar convênio de cooperação com a Secretaria Municipal de Segurança Pública nos setores de Defesa Civil e Guarda Municipal Ambiental;

m) Revitalizar lagoa de Lagoa de Santo Antônio, incluindo a revitalização paisagística do seu entorno, verificando a possibilidade de firmar parcerias entre Secretarias e setores privados e civis para desenvolver e implementar o projeto de revitalização da mesma;

- n) Dar continuidade à implantação e restauração do Parque Municipal Maxacali (Andyara);
- o) Realizar projeto para reestruturação do Parque da Biquinha e da Biblioteca instalada;
- p) Manter o apoio à coleta seletiva municipal com campanhas educativas estimulando a participação da Sociedade e auxiliando na logística da coleta;
- q) Realizar eventos comemorativos/educativos das principais datas relativas ao Meio Ambiente: Dia da Água, Dia Mundial do Meio Ambiente; Dia da Árvore;
- r) Transformar o Capão em Parque Ecológico;
- s) Adquirir um triturador de resíduos sólidos para o Município;
- t) Criar o Programa “IPTU Verde” em conjunto com a Secretaria da Fazenda;
- u) Criar bosques ou parques para os idosos no Município;
- v) Revisar o Plano de Saneamento Básico do Município;
- w) Realizar um projeto piloto de plantio de árvores de arborização urbana no Município em parceria com os moradores.

XII. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E TURISMO

- a) Realizar e apoiar eventos folclóricos, culturais, de lazer, típicos e tradicionais do município;
- b) Manter a realização da Feira Municipal de Artesanato e Comidas Típicas, conforme Decreto Municipal;
- c) Manter a realização da Feira Municipal de Artesanato e Comidas Típicas no Bairro Adélia Issa e do Bairro Teotônio Batista de Freitas, conforme Decreto Municipal;
- d) Realizar e manter Feira de Artesanato Itinerante;
- e) Realizar e manter Feira Municipal de Artesanato e Comidas Típicas do bairro Lagoa de Santo Antônio;
- f) Promover a SEMANA DA ARTE - Exposição do trabalho dos artistas plásticos de Pedro Leopoldo;
- g) Criar e manter parques, bosques e áreas de lazer para as famílias com especial atenção às crianças, incluindo a instalação de parquinhos para crianças, servindo também de opção de entretenimento para os idosos e pessoas com deficiência; bem como construir um parquinho na área de lazer José Antônio da Silva Santos (Juca Guarda-Livros), localizada na Rua Dr. Rocha, no complexo da Praça da Estação e criar um bosque no espaço público vago com banquinhos e academia ao ar livre e brinquedos para crianças entre a quadra e a pista de skate, localizada no conjunto histórico arquitetônico da Praça da Estação;

- h) Apoiar Entidades ligadas à Cultura e às políticas de atenção à Juventude;
- i) Reativar e/ou manter o Conselho Municipal de Juventude
- j) Apoiar eventos diversos voltados ao público jovem;
- k) Celebrar Convênios com entidades para cursos e capacitação de jovens;
- l) Criar o Plano Municipal de Juventude;
- m) Implementar o Fundo Municipal de Juventude;
- n) Apoiar a realização de oficinas culturais e profissionalizantes voltadas ao jovem;
- o) Criar o CEPREV- Centro de Prevenção e Valorização do Jovem com acompanhamento profissional, encaminhamento ao mercado de trabalho, cursos de capacitação, cursos e capacitação da rede municipal da educação, saúde, segurança e cultura;
- p) Reativar o Conselho Municipal de Juventude;
- q) Revisar a Lei que criou o Conselho Municipal de Juventude;
- r) Implementar os grêmios estudantis nas escolas do município;
- s) Celebrar Convênio com o Estado e a União para realização de projetos e parcerias voltadas à juventude e às Políticas sobre Drogas;
- t) Implementar o Programa ID-Jovem no município;
- u) Implementar o programa Sinajuve no município;
- v) Realizar o Festival da Juventude;
- w) Realizar a caravana da percorrendo todos os bairros do município levando conhecimento, cultura e arte;
- x) Realizar Festa do Dia das Crianças;
- y) Revisar a Lei Municipal de Incentivo à Cultura e criar Lei Municipal de Incentivo Fiscal ao Esporte;
- z) Realizar apoio cultural e logístico à realização dos festivais de arte e cultura;
- aa) Manter o Arquivo Municipal;
- bb) Realizar manutenção geral do espaço físico da Praça da Estação Ferroviária de Pedro Leopoldo;
- cc) Criar exposição definitiva do patrimônio da rede ferroviária na Estação;
- dd) Dar continuidade e ampliação de atendimento do Projeto Educação com Arte, com apoio à formação e aprimoramento dos professores e aos projetos socioculturais;
- ee) Produzir material de divulgação sobre o patrimônio cultural, espaços/atrações turísticas do município, integrando, promovendo e projetando a importância histórica do nosso município;
- ff) Manter e reformar bens patrimoniais tombados e pertencentes ao município;

gg) Registrar a personalidade Chico Xavier como patrimônio cultural imaterial do município;

hh) Manter o Museu Municipal no Centro Cultural Lígia Belisário;

ii) Criar e implantar o CAT Centro de Atendimento ao Turista;

jj) Manutenção do Acervo Histórico Municipal Geraldo Leão na Praça da Estação;

kk) Iniciar os estudos e procedimentos para o tombamento, das Guardas de Congo de Pedro Leopoldo, como patrimônio imaterial;

ll) Manter o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Pedro Leopoldo;

mm) Assinar Convênios visando à manutenção e fomento das Corporações Musicais, bandas e associações culturais de Pedro Leopoldo;

nn) Executar programação e manutenção, incluindo monitores técnicos, para atender às atividades culturais e esportivas no CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados;

oo) Criar e implantar um Programa de incentivo à reforma e conservação do Patrimônio Cultural e Histórico do município;

pp) Promover o intercâmbio e apresentação dos talentos de Pedro Leopoldo;

qq) Apoiar e valorizar os segmentos artísticos tais como: dança, teatro, literatura e poesia, fotografia, cinema, música (cantores, compositores, pianistas, corais, bandas) artesanato, arte realizada por deficientes, folias, artes plásticas (pintura, escultura, instalações e performances) através de exposições, festivais e apresentações culturais e educativas;

rr) Aprimorar e dar continuidade Projeto Educação Patrimonial;

ss) Realizar estudo e ante projeto para a implantação de Parque Ecológico/área de lazer dentro do espaço da antiga Fábrica de Tecidos, destinado à Prefeitura Municipal, incluídos os imóveis tombados e o Clube Industrial - para fins de implantação de espaço cultural multiuso/centro cultural;

tt) Reformar quadra e área de lazer no espaço externo da Praça da Estação e realizar a manutenção preventiva na Pista de Skate Luiz Eustáquio Ferreira (Luizinho Bocão), incluindo a instalação de alambrado e áreas de circulação para a proteção para usuários e expectadores;

uu) Revitalizar quadra do Bairro Magalhães com a solução dos problemas estruturais e sanitários existentes, bem como a instalação de bebedouro coletivo;

vv) Reformar o Centro Poliesportivo de Pedro Leopoldo - CEPPEL – em ações divididas por etapa – iniciando na área interna: instalações e telhado, bem como fazer manutenção preventiva bimestral na estrutura do mesmo e realizar as seguintes intervenções: para a quadra coberta (ginásio) pintura geral, bicicletários, saída da água da quadra, reforma da cantina e dos banheiros, pintura do piso da quadra, iluminação da quadra, reparo nas portas quebradas, manutenção elétrica e hidráulica, adaptações para liberação pelo Corpo de Bombeiros, como por exemplo, hidrante, corrimão, telas para

fechamento, etc; quanto ao campo, reforma do gramado, da pista de atletismo e do banheiro público; a construção de vestiários para atletas e para árbitros, e de bancos para reservas; e pintura da arquibancada; em relação à quadra externa, reforma geral da mesma, aumentando para 40x20 metros, reforma dos vestiários, adaptações para cadeirantes, cobertura e iluminação; reforma da quadra de tênis, incluindo piso, alambrado e iluminação e instalar parquinho infantil e mesas de jogos embaixo das árvores, como por exemplo, dama, xadrez, etc;

ww) Adquirir equipamentos para as áreas de esporte, lazer e Ceppel, para fins de desenvolvimento de projetos, oficinas e campeonatos envolvendo os alunos da rede municipal e comunidade em geral;

xx) Realizar torneios esportivos, incluindo torneio de futsal, skate, basquete, vôlei, handebol, atletismo, capoeira, Jiu-jitsu e outros;

yy) Realizar JEMPEL (Jogos Estudantis do Município de Pedro Leopoldo) nas mais diversas modalidades e categorias esportivas (olímpicas, paralímpicas e de lazer), tais como ParaJempel e Jempelzinho;

zz) Desenvolver política para inclusão dos atletas de Pedro Leopoldo nos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG;

aaa) Fomentar e desenvolver o CME – Conselho Municipal de Esportes do município e buscar as políticas públicas em relação ao mesmo;

bbb) Incentivar e apoiar a participação dos nossos atletas em torneios esportivos, promovendo assim o intercâmbio e o aprimoramento dos jovens dentro do município;

ccc) Inserir os alunos da APAE no ParaJempel, ampliando o calendário de atividade dos mesmos;

ddd) Consolidar e ampliar o número de núcleos esportivos de bairro, priorizando os bairros Vera Cruz, Santo Antônio da Barra, Quinta do Sumidouro, Fidalgo, Quinta das Palmeiras, Felipe Cláudio de Sales, Morada dos Angicos, Dom Camilo, Lagoa de Santo Antônio, São Geraldo e Santo Antônio;

eee) Realizar a corrida de rua no aniversário da cidade;

fff) Consolidar o Programa Municipal Bolsa Atleta, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Social, para os jovens atletas de alto rendimento da cidade que vem se destacando no cenário esportivo;

ggg) Inverter a quadra de vôlei, transformando-a em duas, que atenderia tanto ao basquete, quanto ao vôlei e futsal, no Centro Poliesportivo de Pedro Leopoldo - CEPPEL;

hhh) Criar solenidade Troféu Dirceu Lopes, fechando o calendário de atividades do futebol amador de Pedro Leopoldo;

iii) Promover o resgate, registro histórico e cultural das raízes e identidades da comunidade Quilombo do Pimentel, bem como reconhecimento oficial da existência e da importância da comunidade na história de Pedro Leopoldo;

jjj) Incluir no escolar das escolas municipais a matéria relacionada à valorização do Quilombo de Pimentel e sua história;

kkk) Incentivar a realização da Semana Municipal da Cultura Evangélica de Pedro Leopoldo, conforme Lei Municipal nº 3.338/12;

lll) Incentivar a realização da Semana Municipal da Consciência Negra, conforme Lei Municipal nº 3.062/09;

mmm) Realizar e promover Semana Municipal da Juventude de Pedro Leopoldo, conforme Lei Municipal;

nnn) Incentivar o desenvolvimento turístico do município, promovendo o melhor aproveitamento do potencial de cada região;

ooo) Manter ativo e em constante fortalecimento o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo;

ppp) Revisar e atualizar a Lei Municipal de Turismo;

qqq) Elaborar, revisar e manter atualizado o Plano Municipal de Turismo;

rrr) Apoiar a criação e fortalecimento de redes de empreendedores de turismo e da produção associada ao turismo;

sss) Criar, ampliar e desenvolver a infraestrutura turística, implementando ações através de programas e projetos desenvolvidos dentro das políticas estadual e nacional de turismo e outras relacionadas a preservação ambiental e ao desenvolvimento econômico por meio do turismo;

ttt) Criar, implementar e manter em condições de operação o CAT (Centro de Atendimento ao Turismo)

uuu) Investir na qualidade técnica da cadeia produtiva do turismo;

vvv) Providenciar a confecção, instalação e a manutenção de placas de sinalização turística para dos atrativos naturais e culturais da cidade;

www) Revitalizar os acessos e os atrativos naturais e culturais da cidade de forma a ampliar a atratividade turística da região;

xxx) Realizar pesquisas de demanda e de satisfação durante os principais eventos turísticos e períodos de maior fluxo de visitantes;

yyy) Manter o município habilitado no ICMS Turístico;

zzz) Atualizar o inventário da oferta turística;

aaaa) Apoiar ações que fortaleçam a identidade turística do município, priorizando os atrativos relacionados a Chico Xavier, Luzia, Peter Lund e ao Parque Estadual do Sumidouro;

bbbb) Criar e manter atualizado um portal turístico e páginas nas redes sociais para divulgação dos eventos e do turismo no município;

cccc) Manter o município no Mapa do Turismo Brasileiro e no Programa de Regionalização do Turismo, contribuindo com o Circuito Turístico para o desenvolvimento do turismo regional;

dddd) Elaborar, confeccionar e distribuir nos principais eventos turísticos locais, regionais e nacionais, peças publicitárias que contribuam com a divulgação e orientação turística do município;

eeee) Organizar, apoiar e fomentar os eventos ligados ao setor de turismo no município, bem como oportunizar participação de um ou mais representantes do Conselho Municipal de Turismo nos eventos turísticos regionais e nacionais;

ffff) Promover estudo de viabilidade técnica com o objetivo de tornar o Quilombo de Pimentel um local turístico da cidade;

gggg) Apoiar a realização de festivais culturais e de comidas típicas/temáticas no município de Pedro Leopoldo;

hhhh) Realizar o Carnaval de Blocos de Rua no Município com intuito de fomentar o Turismo, a Cultura e a Economia Local;

iiii) Realizar e participar de atividades culturais, socioambientais, esportivas e de lazer em espaços fora das instituições formais;

jjjj) Implementar o Fundo Municipal de Cultura, criado pela Lei Municipal nº 3.053, de novembro de 2008;

kkkk) Implementar o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural;

llll) Criar um projeto de cinema e cultura para crianças carentes;

mmmm) Incentivar o esporte para crianças deficientes;

nnnn) Implantar projeto de incentivo à política de esporte e lazer;

oooo) Destinar recursos para a realização de projetos através de editais;

pppp) Adequar-se ao Sistema Nacional de Cultura que é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre os três entes federados (União, Estados e Municípios) e a sociedade civil, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais, o qual abrange os seguintes componentes obrigatórios: órgãos gestores de cultura; conselhos de política cultural; conferências de cultura; planos de cultura; sistemas de financiamento à cultura; sistemas de informações e indicadores culturais; programas de formação na área da cultura; e sistemas setoriais de cultura; Conforme adesão realizada no ano de 2013;

qqqq) Realizar campanha anual pela igualdade racial;

rrrr) Celebrar convênio/parceria com o Cine Marajá para exibição de filmes para a rede pública de ensino municipal, propiciando cultura aos estudantes;

ssss) Realizar Arraial Pedro Leopoldo no mês de julho;

tttt) Criar Museu de Cera Chico Xavier com as principais obras do médium e episódio da sua vida na terra;

uuuu) Revitalizar pontos turísticos da cidade e fomentar o turismo na região;

vvvv) Destinar verba para os times de futebol: Clube Recreativo Eldorado, Joana D'Arc Futebol Clube, Vila Nova Esporte Clube; e para a conclusão das obras do vestiário do campo do Terrestre no Bairro Lagoa de Santo Antônio;

wwww) Declarar como Patrimônio Público e Cultural a Igreja dos Bexigentos;

xxxx) Preservar a Igreja dos Bexigentos, bem como providenciar sua manutenção e segurança;

yyyy) Implementar projeto para possibilitar o acesso do público às cachoeiras das Três Moças, com o fito de implementar o turismo na região.

zzzz) Celebrar convênio com entidades esportivas, incluindo esporte especializado, ciclismo, skate;

aaaaa) Reformar as instalações sanitárias e construir saída de água da quadra poliesportiva Alberto João Salomão, Distrito de Fidalgo;

bbbbb) Construir centro poliesportivo no Distrito Lagoa de Santo Antônio;

cccc) Criar centros culturais para promover a construção de cidadãos conscientes;

dddd) Criar museu itinerante (ônibus) com a temática "Crânio de Luzia";

eeee) Criar feira do pequeno produtor rural no Parque de Exposições;

ffff) Implantar núcleos esportivos e culturais de bairro para fomentar ainda mais a cultura da paz;

ggggg) Realizar uma feirinha ao luar na Praça da Estação;

hhhhh) Criar a Casa de Informação ao Turista – CIT – para orientação sobre pontos turísticos, restaurantes e hotéis da cidade;

iiii) Instalar parquinho para crianças na Praça Tancredo Neves, centro e na Praça Santo Antônio, localizada no Bairro Santo Antônio da Barra;

jjjj) Criar Ponto ou Casa do Atleta em frente ao Parque de Exposições na Avenida Rômulo Joviano;

kkkkk) Revitalizar e instalar novos brinquedos na área de lazer localizada no estacionamento da Prefeitura, bem como nas praças dos Bairros Ferreiras, Santo Antônio da Barra e Vera Cruz de Minas;

llll) Construir dois letreiros turísticos a serem colocados na Praça da Estação e na Praça Chico Xavier com a seguinte inscrição: "Eu Amo Pedro Leopoldo";

mmmm) Criar programa de monitoramento dos campos de futebol amador da cidade, priorizando equipes que possuam categorias de base;

nnnnn) Criar projeto “Rua de Lazer” a ser realizado quinzenalmente em formato itinerante;

ooooo) Criar Programa Jovem Aprendiz na Prefeitura, dando exemplo aos empreendedores quanto ao cumprimento do Decreto Federal 5.598, de 1º de dezembro de 2005;

ppppp) Realizar Conferência Municipal de Esporte;

qqqqq) Implementar circuito de mountain bike na categoria XCO, aproveitando a estrutura do Centro Poliesportivo de Pedro Leopoldo – CEPPEL.

XIII. SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

a) Reduzir a violência, a criminalidade, a desordem e a sensação de insegurança nas áreas urbanas, rurais e nas vias de Trânsito, bem como a proteção e melhoria da qualidade de vida do cidadão, no município de Pedro Leopoldo;

b) Promover estudo objetivando a ampliação dos efetivos da Guarda Civil Municipal e do Órgão de Trânsito (TransPL);

c) Valorizar profissionalmente os agentes de Segurança Pública Municipal (Guarda Civil e TransPL);

d) Promover o Treinamento e preparação dos Guardas Civis para a obtenção do Porte de Arma Letal - Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF);

e) Reestruturar imóvel do Município a ser destinado à instalação definitiva da Secretaria Municipal de Segurança Pública e seus órgãos;

f) Promover estudos do fenômeno de criminalidade (pesquisa de vitimização comunitária), que afetam a tranquilidade e o medo do crime pelas pessoas em Zonas Quentes de Criminalidade (Hot-Spots) na Cidade;

g) Promover estudos no Município quanto às necessidades de revitalização de áreas denominadas “Gentrification” – abandonadas; de homizio e baldias;

h) Promover estudos para a implantação da tecnologia de vídeo-monitoramento por meio de Câmeras, atendendo a redução da violência, a desordem e a sensação de insegurança no município, em locais considerados Hot Spots, incluindo a instalação de oito câmeras na Praça da Estação, pista de skate e quadra poliesportiva;

i) Realizar convênio com a Polícia Militar para coordenar a Sala de Videomonitoramento da Cidade e seus monitorantes;

j) Fomentar a Cultura de Paz junto à sociedade, por meio de campanhas de prevenção da violência e da criminalidade;

k) Promover estudos, a fim de melhorar a Mobilidade Urbana, atendendo a uma maior fluidez do tráfego, segurança das vias, sua manutenção, sinalizações verticais e horizontais; e acessibilidade de ciclistas e pedestres na cidade;

l) Planejar e promover Campanhas Preventivas de Trânsito urbano; Defesa Civil e do Meio-Ambiente;

m) Elaborar Guia de Orientações de Medidas de Autoproteção aos cidadãos;

n) Criar um banco de dados (Construção de uma Plataforma para o armazenamento e análise de dados – Site Municipal de Segurança Pública) de Informações Públicas de Segurança e mantê-lo atualizado com as estatísticas e taxas de crimes violentos, uso e tráfico de drogas, violência doméstica, e demais fenômenos criminais; crimes ambientais e de trânsito urbano;

o) Efetuar instalação e manutenção da visibilidade indicativa das Agências de Segurança no Município (Identificação Visual indicativa das agências de Segurança Pública, que atuam no Município, Ambiental e de Trânsito Urbano).